



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.** ("PPTe" ou "**Companhia**") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A COMPANHIA

A PPTe é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:

Extensão em kV:

Subestações próprias/acessadas:

511,03

230/440

5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 133.944.854 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2021 e R\$ 137.756.927 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	2021	2020
• Liquidez geral	2,14	2,16
• Liquidez corrente	4,63	4,30
• Relação patrimônio líquido/ativo	53,36%	53,62%
• Relação passivo não circulante/Ativo	39,69%	38,62%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,98%	13,88%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	28,51%	21,09%
Ativos totais - R\$	547.843.425	548.067.347
Lucro líquido do exercício - R\$	46.714.800	40.776.157

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e

Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária. Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	64.574.343	55.149.760	Fornecedores - terceiros	10	3.484.848	3.408.608
Concessionárias e permissionárias	6	13.074.901	13.728.422	Fornecedores - partes relacionadas	24	634.228	867.790
Contas a receber - partes relacionadas	24	3.724.510	4.148.401	Financiamento - terceiros	11	14.678.382	8.549.406
Estoques		1.668.380	1.571.071	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	10.120.589	10.449.483
Adiantamento a fornecedores		86.563	1.035.103	Outros impostos a pagar	12	2.143.726	3.599.970
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	10.152.476	9.405.072	Taxas regulamentares	13	1.526.618	2.751.718
Outros impostos a recuperar	8	2.481	1.247	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	17	-	8.090.501
Ativos de contrato	9	82.006.158	97.129.950	Outros passivos circulantes	14	5.452.504	4.850.827
Outros ativos circulantes		847.176	961.131			38.040.895	42.568.303
		176.136.988	183.130.157	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Financiamento - terceiros	11	117.614.874	116.578.094
Títulos e valores mobiliários	7	6.237.059	4.062.684	Outras contas a pagar com partes relacionadas	24	20.000	20.052
Ativos de contrato	9	363.171.803	358.312.950	Provisão para contingências	15	150.731	55.005
Outros ativos não circulantes		150.731	55.005	Impostos diferidos	16	99.673.485	94.983.398
Imobilizado		2.041.829	2.373.851			217.459.090	211.636.549
Intangível		105.015	132.700	Patrimônio líquido	17		
		371.706.437	364.937.190	Capital social		214.035.000	214.035.000
Total do ativo		547.843.425	548.067.347	Reserva de retenção de lucros		53.894.053	57.748.848
				Reserva legal		24.414.387	22.078.647
				Total do passivo e do patrimônio líquido		547.843.425	548.067.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	214.035.000	20.039.839	57.783.860	-	291.858.699
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.776.157	40.776.157
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 17)	-	-	(9.518.237)	-	(9.518.237)
Constituição da reserva legal (nota explicativa 17)	-	2.038.808	-	(2.038.808)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 17)	-	-	38.737.349	(38.737.349)	-
Dividendos adicionais	-	-	(29.254.124)	-	(29.254.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	214.035.000	22.078.647	57.748.848	-	293.862.495
Lucro líquido do exercício	-	-	-	46.714.800	46.714.800
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 17)	-	-	-	(9.017.232)	(9.017.232)
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 17)	-	2.335.740	-	(2.335.740)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 17)	-	-	35.361.828	(35.361.828)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	(39.216.623)	-	(39.216.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	214.035.000	24.414.387	53.894.053	-	292.343.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTe" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia iniciou suas operações em 01 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1 Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$43.711.286 (quarenta e três milhões, setecentos e onze mil, duzentos e oitenta e seis reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 137.756.927 (cento e trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e sete reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 133.944.854 (cento e trinta e três milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e

de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações. Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19. No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exames médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,5% em 2020 e 1,0% no exercício de 2021, nos montantes de R\$96.124 (noventa e seis mil, cento e vinte e quatro reais) e R\$ 198.457 (cento e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de março de 2022. **2.2 Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.4 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		67.042.575	49.792.571
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	11	18.791.453	10.866.633
Depreciação e amortização		404.707	365.193
Provisão para perda de crédito esperada	6	(102.837)	(89.913)
Provisão para contingência	15	95.726	(7.243)
Custos de transação de financiamento (Aumento) redução nos ativos		755.204	755.204
Concessionárias e permissionárias		756.359	(4.085.316)
Contas a receber - partes relacionadas		423.891	(2.541.850)
Ativo de contrato	9	10.264.939	25.165.721
Estoques		(97.309)	(513.587)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(747.404)	(9.273.817)
Outros impostos a recuperar		(1.234)	(742)
Adiantamentos a fornecedores		948.541	174.721
Outros ativos		18.229	1.499.796
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores e partes relacionadas		(157.379)	(9.869.331)
Tributos e contribuições sociais		11.567.549	22.258.947
Taxas regulamentares		(1.225.099)	550.937
Outros passivos		601.678	2.296.436
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(17.327.309)	(13.579.639)
Outros impostos pagos		(13.015.649)	(15.318.590)
Juros pagos	11	(5.731.993)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		73.264.638	58.446.131
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(45.001)	(109.512)
Títulos e valores mobiliários		(2.174.375)	(4.062.684)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.219.376)	(4.172.196)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	11	(6.648.908)	-
Dividendos pagos	17	(39.216.623)	(29.293.302)
Juros sobre capital próprio	17	(15.755.148)	(15.706.698)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento		(61.620.679)	(45.000.000)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		9.424.583	9.273.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		55.149.760	45.875.825
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		64.574.343	55.149.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixa equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, ☆



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessação de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5 Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como reductor da Receita Bruta da Atividade. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) - Impostos Correntes. A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser

mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (iii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

4.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes: (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021. (b) Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. (c) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06). • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27). • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15). • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26). • CPC 32 Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	814	814
Bancos	8.346.965	9.080.398
Aplicações financeiras (i)	56.226.564	46.068.548
	64.574.343	55.149.760

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,76% do CDI. (i) Variação refere-se a sobre de caixa aplicadas no exercício de 2021 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação RAP) combinadas com um menor investimento em Capex. Estes efeitos positivos mais do que compensaram o maior pagamento de dividendos para a SGBH em 2021.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	12.303.558	12.912.998
Vencidas até 30 dias	59.741	8.675
Vencidas até 60 dias	650	21.836
Vencidas até 90 dias	873	7.951
Vencidas há mais de 90 dias	767.844	937.564
	13.132.666	13.889.024
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(57.765)	(160.602)
	13.074.901	13.728.422

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(160.602)	(250.515)
Reversão	107.829	127.120
Adição	(4.992)	(37.207)
Saldo em 31 de dezembro	(57.765)	(160.602)

7. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva - financiamentos	6.237.059	4.062.684
Total	6.237.059	4.062.684

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vencida de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciária no primeiro dia útil do sexto mês anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios. A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica "Divida Financeira Líquida/EBITDA" inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
IRPJ saldo negativo	7.079.181	6.823.956
CSLL saldo negativo	3.069.212	2.580.949
Outros	4.083	167
	10.152.476	9.405.072
Outros impostos a recuperar		
Pis a recuperar	90	90
Cofins a recuperar	415	415
Tributos municipais	1.306	162
Outros	670	580
	2.481	1.247

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	82.006.158	97.129.950
Não circulante	363.171.803	358.312.950
	445.177.961	455.442.900

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Receita de construção	480.608.621
Receita de O&M	22.011.588
Receita de remuneração	23.214.698
Recebimentos	66.682.379
Imobilizado em curso	(133.558.497)
	(3.515.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.442.900
Circulante	97.129.950
Não circulante	358.312.950
Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.442.900
Receita de construção (i)	2.297.578
Receita de O&M (ii)	26.433.198
Receita de remuneração (iii)	61.897.300
Recebimentos (iv)	(100.288.770)
Imobilizado em curso (v)	(604.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	445.177.961
Circulante	82.006.158
Não circulante	363.171.803

(i) Variação refere-se substancialmente ao encerramento do projeto do autotransformador na subestação Nova Porto Primavera. (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (iii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração. (iv) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo é a RAP homologada pela ANEEL dentro do próprio ano de homologação da RAP, respeitando o princípio da competência. Pelo fato da PPTE ser uma concessão muito antiga houve uma redução da RAP em outubro de 2021, porém esse efeito foi mitigado pelo ajuste de IGPM. (v) Quitação de adiantamentos do projeto de reforço do autotransformador da subestação Nova Porto Primavera. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

10. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra (i)	256.797	1.309.543
Fornecedores relacionados à construção (ii)	3.066.181	1.736.787
Gastos ambientais e fundiários	15.066	5.149
Prestadores de serviços	96.335	55.761
Outros	50.469	301.368
	3.484.848	3.408.608

(i) Variação refere-se devido ao encerramento do projeto do autotransformador na subestação Nova Porto Primavera. (ii) Variação refere-se na provisão de NF's do projeto de melhoria do reforço nas torres de 230Kv que serão quitadas no exercício de 2022.

11. FINANCIAMENTOS

a. Total da dívida		Venci- Garan-	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Descrição	Início mento	tador			
			IPCA+ 4,45%		
Debêntures	Fev/19	Fev/29	(i)	a.a. 132.293.256	125.127.500
				132.293.256	125.127.500
Circulante				14.678.382	8.549.406
Não circulante				117.614.874	116.578.094
				132.293.256	125.127.500

continua





PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo final Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial 18.791.453	Liquidação juros (5.731.993)	Novas captações -	Liquidação principal (6.648.908)	Custo de transação a amortizar 755.204	Saldo final Bruto 31/12/2021 132.293.256
Debêntures	125.127.500	18.791.453	(5.731.993)	-	(6.648.908)	755.204	132.293.256
Total	125.127.500	18.791.453	(5.731.993)	-	(6.648.908)	755.204	132.293.256

Debêntures: Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a.

c. Garantias: Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia. • Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

d. Covenants: A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato da 1ª emissão de Debêntures A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato da 1ª emissão de Debêntures, Anexo III - Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida. Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2021. (Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	86.790
(+) EBITDA	104.117
(-) Pagamento de IR + CS	(17.327)
B) Serviço da Dívida	12.381
(+) Amortização de dívida	6.649
(+) Pagamento de juros	5.732
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	7,4

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	104.117
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(17.327)
(+/-) Resultado de equivalência	12.381
(+) Depreciações e amortizações	6.649
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment	5.732
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	7,4
O Índice de Dívida Financeira Líquida, de acordo com o referido contrato deve ser inferior a 3,5, conforme cálculos abaixo:	
Dívida Líquida (A)	67.718
Ebitda (B)	104.117
DV/Ebitda (A/B)	0,7
O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 15%, conforme cálculos abaixo:	
Dívida Líquida (A)	67.718
Patrimônio Líquido (B)	307.165
Índice de Capitalização (B/(A+B))	82%

e. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2023	14.531.619
2024	14.531.555
2025	14.531.551
2026	14.531.549
2027-2029	59.488.600
	117.614.874

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar	31/12/2021	31/12/2020
IR	7.697.821	7.870.377
CSLL	2.422.768	2.579.106
Outros impostos a pagar	10.120.589	10.449.483
PIS	143.212	192.755
COFINS	665.812	888.646
Imposto de renda retido na fonte	48.518	1.549.453
INSS	372.159	393.932
FGTS	122.874	125.204
ISS	125.895	125.448
Outros	665.256	324.532
	2.143.726	3.599.970

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva global de reversão (RGR) (i)	41.943	(61.462)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	203.993	208.228
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	1.280.682	2.604.952
	1.526.618	2.751.718

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 354.418 (trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezoito reais). **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2020 de R\$ 461.648 (quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais). **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

14. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	2.012.141	2.231.647
Provisão de bônus	3.061.082	2.228.635
Outros	379.281	390.545
	5.452.504	4.850.827

15. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisonadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas, em ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	150.731	55.005
	150.731	55.005

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	55.005
Adições e reversões, líquidas (i)	-	95.726
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	150.731

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	62.247	62.247
Adições e reversões, líquidas	(62.247)	55.005
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	55.005

(i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e as provisões constituídas referem-se a riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais e cíveis, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Fiscais (i)	2.180.243	3.296.555
Cíveis (ii)	-	63.245
	2.180.243	3.359.800

(i) Processos Fiscais: Referem-se a duas ações judiciais que tramitam pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram autuadas sob o nº 0143346-83.2013.4.02.5101 e 0104607-07.2014.4.02.5101, e nas quais se discute PIS e CSLL. Neste último caso já houve sentença favorável à Companhia, que foi objeto de recurso para Fazenda Nacional. **(ii) Processos cíveis:** Refere-se a um processo judicial, autuado sob o nº 0808958-04.2015.8.12.0002, com trâmite perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no qual se discute danos morais e estéticos referentes a um acidente de trânsito. Em 2021 o acordo foi homologado e processo baixado

16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
IR Diferido	43.015.752	38.910.088
CSLL Diferida	15.485.669	14.007.632
Pis Diferido	7.344.206	7.503.607
Cofins Diferido	33.827.858	34.562.071
	99.673.485	94.983.398

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 214.035.000 (duzentos e quatorze milhões e trinta e cinco mil reais) dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. **d. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	46.714.800	40.776.157
Reserva legal (5%)	(2.335.740)	(2.038.808)
Base de cálculo para os dividendos	44.379.060	38.737.349
Dividendo mínimo obrigatório	443.791	387.373
Juros sobre capital próprio	(9.017.232)	(9.518.237)

Em 2020 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 29.254.124 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais). Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 06 de agosto de 2020. Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.518.237 (nove milhões, quinhentos e dezoito mil, duzentos e trinta e sete reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.427.736 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e seis reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 8.090.501 (oito milhões, noventa mil, quinhentos e um reais), esse valor foi pago nos meses de julho a setembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2020. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 11.785.005 (onze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil e cinco reais). Esse montante foi pago no mês de agosto. Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 27.431.618 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e dezoito reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021. Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 9.017.232 (nove milhões, dezessete mil, duzentos e trinta e dois reais), referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 1.352.585 (um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 7.664.647 (sete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2021.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	129.350.698	108.991.943
Receita de operação e manutenção	26.433.198	23.214.698
Remuneração dos ativos de contrato	61.897.300	66.682.379
Receita de construção (ii)	2.297.578	22.011.588
Outras receitas (iii)	38.722.622	(2.916.722)
Deduções da receita operacional	(17.286.749)	(14.721.053)
PIS	(2.133.189)	(1.784.273)
COFINS	(9.825.598)	(8.218.470)
RGR	(3.632.594)	(3.136.347)
P&D	(487.057)	(442.780)
TFSEE	(1.208.311)	(1.139.183)
	112.063.949	94.270.890

(i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descasamento de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício. **(ii) Variação refere-se substancialmente ao encerramento do projeto do autotransformador na subestação Nova Porto Primavera. **(iii) O cálculo da linha de outras receitas é decorrente da variação entre a RAP do modelo da adoção e a RAP homologada pela ANEEL. No caso da Companhia, o impacto observado é consequência do fato de que a redução da RAP prevista para ocorrer neste ciclo foi mitigada pelo seu índice de reajuste, o IGP-M, fazendo com que a diferença da RAP homologada para a RAP do modelo da adoção tivesse um impacto no reconhecimento de outras receitas.****

19. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(7.975.576)	(7.631.146)
Material	(591.700)	(342.415)
Serviços de terceiros (i)	(1.177.539)	(888.303)
Seguros	(123.195)	(113.875)
Tributos	(69.856)	(102.172)
Arrendamentos e aluguéis	(114.166)	(85.930)
Custo de construção (ii)	(2.960.582)	(7.652.661)
Custo de operação e manutenção	(6.663.862)	(5.816.699)
Gastos diversos	(774.168)	(928.563)
	(20.450.644)	(23.561.764)

(i) Variação refere-se substancialmente a custos de manutenção e limpeza em faixa de servidão e supressão vegetal na subestação Nova Primavera. **(ii) Variação refere-se substancialmente ao encerramento do projeto do autotransformador na subestação Nova Porto Primavera.**

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(4.065.952)	(3.977.690)
Material	(116.275)	(98.647)
Serviços de terceiros	(651.166)	(535.139)
Arrendamentos e aluguéis	(78.575)	(87.649)
Doações	(214.432)	(292.653)
Provisão (i)	61.818	(1.027.594)
Tributos	(7.072)	(4.735)
Depreciação e amortização	(59.671)	(51.217)
Outras	(815.053)	(450.926)
	(5.946.828)	(6.526.250)

(i) Variação refere-se substancialmente a baixa de depósitos judiciais de processos encerrados em 2020. Em 2021 o saldo refere-se a reversão de provisão para perda de crédito esperado (PCE).

21. OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

	31/12/2021	31/12/2020
Renda da prestação de Serviços	392.062	387.616
Tributos sobre a Receita	(83.670)	(38.686)
Receitas de Contratos de CCI sem receita atrelada	(1.756.031)	(1.612.234)
Pessoal	(302.378)	(273.575)
Serviços de Terceiros	(138.981)	(328.384)
Depreciação e amortização	(316.579)	(313.957)
Outros	(7.192)	(27.278)
	(2.316.769)	(2.206.498)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira (i)	3.678.496	700.902
Receitas de aplicações financeiras	3.243.900	742.774
Outras receitas financeiras	614.005	19.257
Tributos sobre receitas financeiras	(179.409)	(61.129)
Despesa financeira (ii)	(19.985.629)	(12.884.709)
Variações monetárias passivas	(12.932.845)	(5.361.942)
Juros sobre financiamentos	(6.613.806)	(6.259.894)
Multas e acréscimos moratórios	(22.338)	(999.810)
Outras despesas financeiras	(416.640)	(263.063)
	(16.307.133)	(12.183.807)

(i) Variação refere-se substancialmente a aumento da receita de aplicação financeira devido as aplicações referentes a sobra de caixa no exercício de 2021. **(ii) Variação refere-se substancialmente ao aumento da atualização monetária sobre debêntures.**

23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

|--|



PORTO PRIMAVERA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrados abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	64.574.343	55.149.760
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	24	3.724.510	4.148.401
Concessionárias e permissionárias	6	13.074.901	13.728.422
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos	11	132.293.256	125.127.500
Fornecedores - terceiros	10	3.484.848	3.408.608
Fornecedores - partes relacionadas	24	654.228	887.842

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. No caso da PPTE, onde as informações referentes a esta debênture estão disponíveis na base ANBIMA, o valor justo pode ser considerado através do cálculo da quantidade emitida multiplicada pelo PU calculado pela ANBIMA. Conforme cálculo abaixo: Quantidade emitida [a]: 112.310; PU ANBIMA [b]: 1.164; Valor justo [a] x [b] = 130.728.840; Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo: Saldo contábil: R\$ 132.293.256; Cálculo valor justo: R\$ 124.813.773. **25.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e

financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	64.574.343	55.149.760
Contas a receber partes relacionadas	3.724.510	4.148.401
Concessionária e Permissionárias	13.074.901	13.728.422
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	132.293.256	125.127.500

c. Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma

centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	160.150.570	160.150.570
Veículos	Carros	2.689.794	1.489.440
		182.840.364	181.640.010

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.145.149 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil cento e quarenta e nove reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3º banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	564.444
PPTE-PM-2020-3685	Dolar Engenharia	IPARO do EPC para PPTE - Cubículos - Obra civil e montagem	30/11/2020	5.841
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	PPTE - SE Nova Porto Primavera - Contrato de Engenharia do Proprietário	28/08/2021	451.767
				1.145.149
				Em R\$
				1.012.276
				132.873
				1.145.149

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes:** Veja as Notas 3.4, 9 e 18 das demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria

incluíram, dentre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes; (ii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (iii) verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior; (iv) verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 2.725/2020 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); (v) verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (vi) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

